



PREFEITURA DO MUNÍPIO DE CAJATI
Estado de São Paulo
Procuradoria Geral Do Município

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 913/2024
PE nº 103/2024

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO APRESENTADO POR 57.396.792 ROGÉRIO GASPARETO. IMPOSSIBILIDADE DE PROVIMENTO AO RECURSO. REGULARIDADE DA DECISÃO.

A matéria chegou a este departamento para a apreciação jurídica do **RECURSO ADMINISTRATIVO** apresentado pela licitante **57.396.792 ROGÉRIO GASPARETO** (Despacho 59).

A Recorrente volta-se em face dos valores apresentados para os itens 44 e 45, alegando que o valor apresentado pelas referidas licitantes enseja prática injusta e desleal, e que cabe a administração pública rever as justificativas de custo.

Em contrarrazões a licitante **ZENITH LTDA** pugna pela regularidade da decisão da Comissão, apresentando planilha demonstrando os valores que compõem seu custo.

Por fim, o Sr. Pregoeiro manteve a decisão pontuando que para os itens questionados a diferença de preço entre o 1º classificado e o 2º são valores ínfimos, situação que demonstra a exequibilidade da proposta.

É o relatório. Opino.

O Recurso apresentado é tempestivo, e no mérito não merece prosperar. Vejamos:

No presente caso a Recorrida **ZENITH LTDA** apresentou planilha demonstrando a exequibilidade de sua proposta, e demonstrando que terá um lucro de R\$ 0,11 em cada unidade. Necessário esclarecer que o procedimento licitatório busca contratar a proposta mais vantajosa a Administração Pública, e que o próprio





PREFEITURA DO MUNÍPIO DE CAJATI
Estado de São Paulo
Procuradoria Geral Do Município

Edital apresenta a dinâmica que deverá acontecer, não podendo realizar a desclassificação arbitrária dos licitantes por suposta inexecuibilidade de propostas.

Neste sentido é o entendimento da jurisprudência:

APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. AÇÃO QUE TEM POR OBJETO O RECONHECIMENTO DA INEXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA APRESENTADA POR UMA DAS RÉS. A PRESUNÇÃO DE INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA NÃO POSSUI CARÁTER ABSOLUTO (ENTENDIMENTO DO STJ). CASO EM QUE FOI SUFICIENTEMENTE AFASTADA A PRESUNÇÃO DE INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA RÉ, CONFORME PARECER DA COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS; E PELA COMPROVAÇÃO DO EFETIVO CUMPRIMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. INDEFERIMENTO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA MANTIDO, PELA PRECLUSÃO DA MATÉRIA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. APELAÇÃO DESPROVIDA. (TRF-4 - AC: 50023893520174047110 RS 5002389-35.2017.4.04.7110, Relator: CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR, Data de Julgamento: 12/08/2020, QUARTA TURMA)

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5224576.33.2023.8.09.0138 COMARCA DE RIO VERDE 5ª CÂMARA CÍVEL APELANTE: HODIERN TRANSPORTES LTDA. APELADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE RELATOR: MAURÍCIO PORFÍRIO ROSA EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. TRANSPORTE COLETIVO URBANO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO. ALEGAÇÃO DE INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SENTENÇA MANTIDA. 1. A estreita via do mandamus exige a prova pré-constituída do direito líquido e certo tido como ameaçado ou violado, assim como do ato



*acoimado como coator, perpetrado por ação ou omissão, suficiente a ensejar o amparo pela via mandamental. 2. **Na hipótese dos autos, houve a demonstração por parte da empresa classificada em primeiro lugar de que a proposta apresentada por ela era viável e exequível.** 3. Além disso, a empresa vencedora vem prestando devidamente o mesmo serviço em outros Municípios, o que demonstra a viabilidade da proposta por ela apresentada durante o procedimento licitatório. 4. Considerando a ausência de provas concretas acerca da inexecutabilidade da proposta apresentada pela empresa vencedora, bem como, levando-se em conta que a autoridade coatora apenas deu efetivo cumprimento ao que preceitua a Lei de Licitações e ao edital que estabeleceu as regras, não há falar-se em nulidade da decisão administrativa, nos termos como decidiu o MM. Juiz. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA. (TJ-GO - AC: 52245763320238090138 RIO VERDE, Relator: Des(a). DESEMBARGADOR MAURICIO PORFIRIO ROSA, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: (S/R) DJ)*

Quanto ao item 45, o Recorrente questiona que o fornecimento de marca própria enseja proposta com valor abaixo da média de mercado, maculando a competitividade leal. Entretanto, da análise das propostas ofertadas na sessão verifica-se que os valores são próximos, o que indica a presunção de exequibilidade da proposta.

Sem prejuízo, ao receber a mercadoria a autoridade competente deverá verificar o atendimento ao exigido no descritivo do Edital.

Assim, objetivando atender a finalidade do certame licitatório que e justamente a seleção da proposta mais vantajosa, não vislumbramos ilegalidade na decisão do Sr. Pregoeiro.



PREFEITURA DO MUNÍPIO DE CAJATI
Estado de São Paulo
Procuradoria Geral Do Município

Ante ao exposto, conclui-se pela **IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DE PROVIMENTO** ao recurso apresentado por **57.396.792 ROGÉRIO GASPARETO**, mantendo-se a decisão nos termos iniciais.

É o Parecer, à apreciação Superior. Encaminho os autos ao setor competente.

Cajati, 12 de fevereiro de 2025.

THAÍS NOVAES RIBEIRO
Procuradora Municipal
OAB/SP 375.404





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7C30-A73A-6E7D-0076

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



THAIS NOVAES RIBEIRO (CPF 411.XXX.XXX-90) em 12/02/2025 09:12:52 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cajati.1doc.com.br/verificacao/7C30-A73A-6E7D-0076>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI

Estado de São Paulo

www.cajati.sp.gov.br - compras@cajati.sp.gov.br

Divisão de Compras e Licitações

(13) 3854-8700

compras@cajati.sp.gov.br



PREGÃO ELETRONICO Nº103/2024 PROCESSO Nº 913/2024 1Doc

Tendo em vista o Parecer da Procuradoria Geral do Município que adoto como razão de decidir, **NEGO** provimento ao recurso apresentado pela empresa **57.395.792 ROGÉRIO GASPARETO**.

Cajati, 12 de Fevereiro de 2025

LUIZ HENRIQUE KOGA
Prefeito





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F1E9-2E06-0EB4-3F2E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUIZ HENRIQUE KOGA (CPF 087.XXX.XXX-13) em 12/02/2025 14:24:00 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cajati.1doc.com.br/verificacao/F1E9-2E06-0EB4-3F2E>